

Resenha^a

Book review

MORAES, João Quartim de; SILVA, Ligia Osório. *Novo Mundo: metamorfoses da colonização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

Leonardo Dias Nunes^b 

Universidade Federal do ABC, Bacharelado em Ciências
Econômicas, São Bernardo do Campo (SP), Brasil

Ulisses Rubio Urbano da Silva^c 

Universidade Federal de Alagoas, Campus de Engenharias
e Ciências Agrárias, Maceió (AL), Brasil

Palavras-chave: América. Índios. Escravidão. Explorações espanholas. Colonização.

Keywords: America. Indians. Slavery. Spanish. Explorations. Colonization.

Foi publicada em dezembro de 2022 a obra *Novo Mundo: metamorfoses da colonização*, escrita por João Quartim de Moraes e Ligia Osorio Silva. O livro mostra o impacto da chegada dos europeus para os indígenas americanos e as transformações ideológicas ocorridas na Europa decorrentes desse evento histórico. Essa temática faz parte de uma longa trajetória de pesquisas realizadas no Instituto de Filosofia e Ciências

Editor responsável: Ivan Colangelo Salomão

^a DOI: 10.29182/hehe.v29i2.1135

^b leonardodiasnunes@hotmail.com

^c ulissesrubio@gmail.com

Os autores declaram não haver conflito de interesse. Os conteúdos utilizados na pesquisa encontram-se no manuscrito.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

Humanas (IFCH) e no Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). A obra, ao abordar a colonização em suas múltiplas dimensões, mostra a sistemática violência desse processo e a relevância histórica do Novo Mundo para a acumulação primitiva de capital e para a construção da moderna Europa.

Os três primeiros capítulos do livro foram escritos por João Quartim de Moraes. O primeiro recua à origem dos nativos do Novo Mundo e às expansões mercantil e marítima desde o século XI para examinar as consequências do encontro entre os europeus e os indígenas na América. Entre elas, é descrito o papel de Bartolomeu de Las Casas, frade dominicano espanhol que se tornou crítico da escravização dos indígenas após testemunhar as atrocidades que marcaram a conquista e a colonização do Novo Mundo. O segundo relaciona a formação do Estado imperial espanhol com a intolerância religiosa. Antes do fim do século XV, judaísmo, islamismo e catolicismo conviviam em terras espanholas. Mas o ano de 1492 foi um marco histórico decisivo para o término desse convívio, devido a três acontecimentos. Primeiro, os espanhóis reconquistaram seus territórios que estavam sob dominação islâmica. Segundo, os reis “muy católicos” promulgaram o decreto de proibição da religião judaica. Por fim, no mês de outubro desse ano, o navegador Cristóvão Colombo chegou às Antilhas. Assim, observamos a formação de um poderoso e intolerante Império. O terceiro capítulo destaca o debate teológico sobre a escravidão indígena. Nessa parte, o autor apresenta as novas questões jurídicas e filosóficas suscitadas pela conquista do Novo Mundo. Discutia-se sobre os limites de poder do Papa e do Imperador, assim como se o indígena era ou não escravo por natureza. No interior dessa discussão, observamos o debate ocorrido entre Bartolomeu de Las Casas e Ginés de Sepúlveda, que contribuiu para que Carlos V e Felipe II promulgassem novas leis proibindo a escravização de indígenas no Novo Mundo.

O quarto e o quinto capítulos foram escritos por Ligia Osorio Silva. O quarto trata da forma a partir da qual o Novo Mundo foi descrito e o impacto dessas descrições nas ideologias europeias. Um impacto inicial foi a crítica à sociedade europeia tomando por base relatos sobre uma sociedade que desconhecia a propriedade e era feliz, cujos indivíduos inspiraram o mito do bom selvagem. A crítica foi perdendo espaço para a valorização da modernidade, incluindo aí a propriedade privada. Essa

nova perspectiva descrevia um nativo rude, cruel e um lugar cujas terras estavam disponíveis para serem apropriadas. O quinto capítulo trata da relação entre as políticas do período imperial brasileiro e a emigração francesa. Os interesses dos dois Estados, Brasil e França, pareceram convergir em meados do século XIX. A França desejava aumentar o comércio com o Brasil e poderia utilizar a emigração como meio. O Brasil, instituindo a Lei de Terras, criou um serviço de terras, considerado fundamental para atrair emigrantes. Além disso, economistas franceses propunham a emigração como um caminho para reduzir a miséria na França, enquanto o governo brasileiro apoiava agenciadores que promoviam a imagem do Brasil, expondo oportunidades que não existiam. A despeito disso, nem o comércio entre os dois países e nem a emigração francesa ao Brasil aumentaram significativamente. Os esforços foram neutralizados por forças políticas. Do lado francês, o peso político do pequeno proprietário rural. Do lado brasileiro, o peso político dos grandes proprietários rurais.

A novidade e a violência são duas características que orientam a interpretação do livro em resenha. Tudo o que acontecia no Novo Mundo era entendido como uma experiência nova. Contudo, as novidades decorreram da violenta ação dos europeus na relação com os indígenas americanos e com os africanos. Com tais evidências, o livro reconstitui três mudanças intelectuais iniciadas com a chegada dos europeus no Novo Mundo, quais sejam: a compreensão do estatuto dos indígenas, a fundamentação da escravidão indígena de acordo com os valores cristãos e a concepção da propriedade privada.

A mudança na forma de compreensão do indígena, de bom selvagem a bárbaro, faz parte de um imenso debate intelectual que se iniciou com Rousseau e tomou suas maiores dimensões com Hegel e Humboldt. Respeitar o bom selvagem significava também respeitar o seu modo de vida comunal, no qual não havia a propriedade privada. Logo, o desmoronamento do mito do bom selvagem é um processo que ocorre conjuntamente com a necessidade de impor a existência da propriedade privada no Novo Mundo.

No que tange à mudança na forma de fundamentar a escravidão dos indígenas de acordo com os preceitos cristãos, é destacado que os textos bíblicos não conheciam os ameríndios e que a Igreja nunca se opôs com

veemência à escravidão e a permitiu no caso dos negros africanos. Entretanto, enfatizamos a relevância da crítica realizada pelos missionários católicos das colônias espanholas durante os séculos XVI e XVII, cuja atuação levou à intervenção de Carlos V, em 1542, promulgando as Leis Novas em defesa dos indígenas.

O impacto dos primeiros relatos sobre o Novo Mundo fez erigir duas linhas de ideias que se cristalizaram. De um lado, a versão da existência da Idade de Ouro, de outro, a versão animalésca da natureza humana quando privada dos benefícios da civilização. Em sintonia com a primeira linha, a interpretação de Montaigne deu origem ao mito do bom selvagem, sublinhando sua ingenuidade natural e expressando a superioridade do estado natural. A ausência de propriedade nesse estado era a explicação para a vida feliz dos nativos.

Contudo, os jusnaturalistas absorveram o mito mais como um ideal inatingível. Locke argumentava que a propriedade era um direito fundamental, nascido no estado de natureza. Os homens teriam se unido num contrato e criado o Estado para preservar esse direito. Essa ideia foi construída em consonância com as alterações no uso da terra que se contrapunham aos arranjos fundados no costume.

No século XIX, com ênfase nos Estados Unidos, a aplicação do contratualismo no Novo Mundo permitiu agraciar os novos ocupantes das terras com o direito de propriedade sobre elas, considerado legítimo por tornar a terra produtiva. Em conclusão, as práticas que consolidaram a propriedade plena foram importantes para o desenvolvimento capitalista estadunidense e europeu, enquanto encorajavam aniquilar e roubar os nativos do Novo Mundo.

Fundamentada em uma ampla bibliografia clássica referente aos campos da história e da filosofia, a obra apresenta o debate existente na bibliografia contemporânea desses campos. Mesmo navegando por uma imensa quantidade de autores e interpretações, a fluidez não foi comprometida. O texto é muito bem escrito, de leitura fluída e prazerosa. Com tais características, o livro *Novo Mundo: metamorfoses da colonização* é uma nova referência para as disciplinas relacionadas à história da América Latina, à formação da modernidade e permite realizar discussões que recuam e avançam no recorte cronológico estabelecido por João Quartim de Moraes e Ligia Osorio Silva. A obra apresenta as teorias que explicam

a movimentação do *Homo sapiens* pelo planeta Terra e possibilita inferências sobre as consequências do passado colonial e da escravidão na atual sociedade brasileira. Enfim, um livro que já está e continuará fazendo parte do processo de formação de professores e pesquisadores.